

## EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO: POLÍTICAS PARA CASE-SM/RS

### PROFESSIONAL EDUCATION IN INTEGRATED SECONDARY EDUCATION: POLICIES FOR CASE-SM/RS

Valesca Azevedo Trindade<sup>1</sup>  
Daniel Arruda Coronel<sup>2</sup>

#### RESUMO

Este artigo apresenta a viabilidade da Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio como instrumento de efetividade da gestão pública voltada aos adolescentes que cumprem medida socioeducativa junto ao Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE-SM/RS). O estudo desenvolveu-se como uma pesquisa qualitativa. Quanto à natureza, se classifica como uma pesquisa aplicada, pois objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática dirigida à solução de problemas específicos, envolvendo verdades e interesses locais. Obteve-se os dados garimpados através de levantamento bibliográfico e documental e desenvolvimento de questionário. Por fim, entende-se, a partir do ECA e Sistema Nacional de Medidas Socioeducativas (SINASE) e do questionário da pesquisa, que os adolescentes/alunos que cumprem medida socioeducativa estão submetidos a outros apelos, que têm outros valores, diferentes dos adultos. Esses valores exigem muito mais do professor, da escola e da sociedade. A educação, assim como a docência socioeducativa junto à Fundação de Atendimento Socioeducativo (FASE/CASE), deve ser entendida e assumida como uma prática reflexiva e complexa, que busca fomentar o Ensino Médio Integrado Socioeducativo para adolescentes privados de liberdade.

**Palavras-chave:** CASE/SM; ensino profissionalizante. gestão pública. socioeducação.

<sup>1</sup>Mestra em Gestão de Organizações Públicas. Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. Santa Maria. Rio Grande do Sul. Brasil. E-mail: valesca.prof@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7483-9106>.

<sup>2</sup>Doutor em Economia Aplicada. Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Santa Maria. Rio Grande do Sul. Brasil. E-mail: daniel.coronel@uol.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0264-6502>.

## ABSTRACT

This article presents the feasibility of Professional Education Integrated into High School as an instrument for the effectiveness of public management to adolescents who comply with socio-educational measures at the Socio-Educational Service Center (CASE-SM/RS). The study was developed as a qualitative research. As for its nature, it is classified as applied research, as it aims to generate knowledge for practical application aimed at solving specific problems, involving local truths and interests. The data collected was obtained through bibliographic and documentary research and the development of a questionnaire. Finally, it is understood, based on the ECA and the National System of Socio-educational Measures (SINASE) and the research questionnaire, that adolescents/students who comply socio-educational measures are subjected to other appeals, which have other values, different from those of adults. These values demand much more from the teacher, the school and society. Education, as well as socio-educational teaching with the Fundação de Atendimento Socioeducativo (FASE/CASE), must be understood and assumed as a reflective and complex practice, which promote Integrated Socio-educational Secondary Education for teenagers deprived of liberty.

**Keywords:** CASE/SM; vocational education; public management; socioeducation.

**Resumo Expandido recebido em:** 22/01/2024

**Resumo Expandido aprovado em:** 05/03/2025

**Resumo Expandido publicado em:** 19/03/2025

Doi: <https://doi.org/10.24302/redes.v2ianais.5204>

## 1 INTRODUÇÃO

O Brasil está apresentando um grave problema de interesse público e social. Segundo o Atlas da Violência (Cerqueira, 2017), 35.783 jovens foram assassinados no país em 2017.

Segundo Zappe e Ramos (2010), os adolescentes que cumprem medida socioeducativa no Centro de Atendimento Socioeducativo em Santa Maria/RS se caracterizam por estarem afastados há muito tempo dos bancos escolares, ou seja, sem o hábito e gosto por estudar. São jovens que, muitas vezes, não têm aspirações profissionais e quase sempre foram discriminados pela sociedade, necessitando, portanto, de educação diferenciada, que promova direcionamento ocupacional, bem como assegure reinserção e permanência na sociedade.

A Lei nº 8.069, institui a política de proteção integral à criança e ao adolescente e trata da execução de medidas socioeducativas (Brasil, 1990, p. 166).

À luz da Constituição do Brasil, capítulo que versa sobre a Educação, merece destaque o art. 205, que garante o direito à educação para todos, ressaltando que este é um direito de todos e dever do Estado e da família. Os artigos 206 e 208 (Brasil, 1988) dão continuidade ao tratar da igualdade de condições para acesso e permanência na escola, e sobre a obrigatoriedade e gratuidade como direitos públicos e inquestionáveis.

A Lei nº 12.594 (18/01/2012), que instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), compreende um conjunto ordenado de princípios e critérios de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo, que envolve a apuração do ato infracional e a execução das medidas socioeducativas.

Então, o Ensino Médio Integrado à Educação Básica, sendo proporcionado aos adolescentes que cumprem medida socioeducativa junto a CASEs, é uma oportunidade de reinserção na sociedade, através de uma política pública, pois permite a rápida inserção no mercado de trabalho e o ingresso às academias de ensino, além de concretizar o direito à educação transformadora e de qualidade, tal como os marcos legais prescrevem.

Esta pesquisa desenvolveu-se à luz de reflexões sobre políticas públicas – trabalho e educação – como forma de garantia de direito constitucional. Pressupõe-se que esses princípios devem ser respeitados e garantidos pelo Estado e por seus representantes, considerando a redução de assassinatos de jovens no Brasil.

Neste sentido, este estudo teve como problema de pesquisa a seguinte questão: quais são os procedimentos necessários para a viabilidade da integração do Ensino Profissionalizante ao Ensino Médio como instrumento de efetividade da gestão pública, voltada aos adolescentes que cumprem medida socioeducativa junto ao Centro de Atendimento Socioeducativo de Santa Maria/RS?

Este trabalho possui relevância social, na medida em que visa apresentar a viabilidade da Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio como instrumento de efetividade da gestão pública voltada aos adolescentes que cumprem medida socioeducativa junto ao CASE/SM-RS, objetivando garantir o acesso ao Ensino Médio profissional aos adolescentes excluídos do convívio social. Assim como, busca atender às necessidades dos adolescentes em conflito com a lei, apontando para sua

inserção e permanência na sociedade, com possibilidades de pleno exercício da cidadania.

Destarte o presente trabalho trouxe como objetivo geral apresentar a viabilidade da Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio como instrumento de efetividade da gestão pública voltada aos adolescentes que cumprem medida socioeducativa junto ao CASE/SM-RS.

## **2 MATERIAIS E MÉTODOS**

O estudo é uma pesquisa qualitativa. Realizou-se um levantamento bibliográfico sobre temas que serviram de alicerce ao estudo.

Esta pesquisa se classifica, quanto à natureza, como uma pesquisa aplicada, pois objetiva, segundo Pradanov e Freitas (2013), gerar conhecimentos para aplicação prática dirigida à solução de problemas específicos, envolvendo verdades e interesses locais.

Esta pesquisa caracteriza-se como exploratória, com coleta de dados através de questionário misto.

Quanto aos aspectos éticos, esta pesquisa foi registrada no Gabinete de Projeto do CCSH, sob o nº 057467, bem como no Comitê de Ética e Pesquisa da UFSM, conforme a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, sob nº CAAE: 56889322.2.0000.5346, Parecer nº 5.348.060.

Após a obtenção dos dados obtidos por meio de levantamento bibliográfico e documental e pela aplicação dos questionários, passou-se à análise destes através de um ciclo de cinco fases, a saber: (1) compilação, (2) decomposição, (3) recomposição, (4) interpretação e (5) considerações (Yin, 2016, p. 158).

A análise iniciou-se pela compilação e tabulação dos dados levantados por meio dos questionários, obtendo-se, assim, uma classificação dos dados obtidos. Segundo Yin (2016, p. 159), a primeira fase consiste em colocar os dados em alguma ordem: “a compilação obtida pode ser considerada uma base de dados”.

Este trabalho desenvolveu-se junto à EEEM Humberto de Campos, que funciona em anexo ao CASE/SM. São instituições distintas, ambas de nível estadual. Porém, não podem ser vistas isoladamente, devido ao contexto do estudo. Os

questionários foram aplicados junto aos alunos, professores e gestores, no período de junho e julho de 2022, turnos: manhã, tarde e noite. O número de alunos varia de 60 a 80 adolescentes, todos do sexo masculino e que estão cumprindo medida socioeducativa com restrição de liberdade. Organizaram-se os questionários em Alunos, Professores e Gestores. Para a tabulação, elaborou-se uma legenda.

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

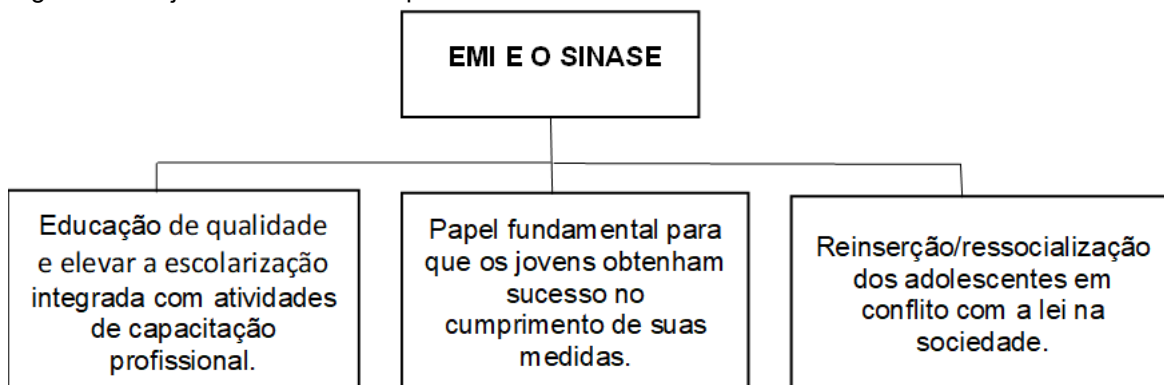
O produto final deste estudo, mostra caminhos para a construção do Ensino Médio Integrado (EMI) socioeducativo, ou seja, a viabilidade de uma Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio como instrumento de efetividade da gestão pública, voltado aos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas.

Para tanto, a viabilidade do EMI Socioeducativo para adolescentes privados de liberdade, com base nos estudos de Araújo e Silva (2017), segue o seguinte roteiro com sete etapas: 1) compreensão do EMI e da política do Sinase; 2) formação continuada dos profissionais; 3) garantia de espaços de participação efetiva; 4) investimento na integração de pessoas e de saberes; 5) cultura democrática e gestão democrática; 6) papel dos gestores da educação na construção do EMI da rede; e 7) ampliação e incentivo à participação dos estudantes.

Para a implantação do EMI para adolescentes privados de liberdade junto ao CASE, é necessário compreender a complexidade do contexto, o que exige um repensar do papel da gestão e da organização curricular, dos tempos e dos espaços da escola, bem como da forma de avaliação e da relação ensino-aprendizagem.

A Figura 1 apresenta os principais objetivos do EMI, que são importantes para a gestão compreender o Ensino Médio Integrado à política do Sinase.

Figura 1 – Objetivos do EMI e da política do Sinase



Fonte: Elaborada pelos autores.

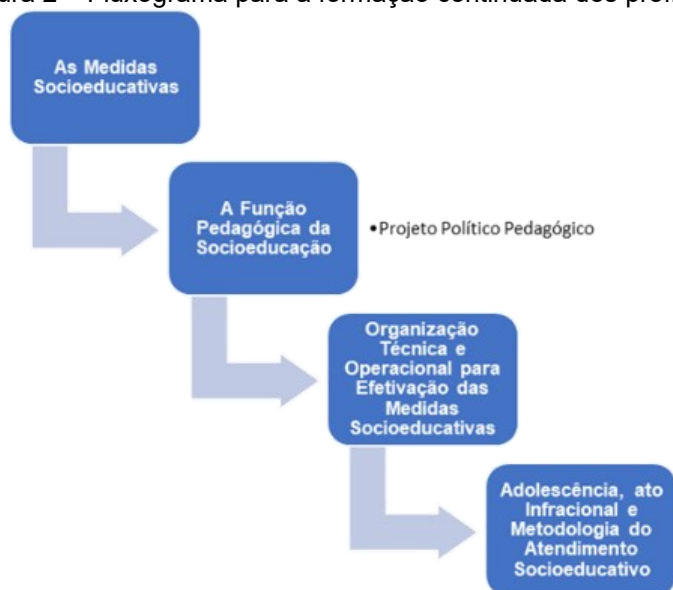
De acordo com o Sinase, a escola, o Estado e a sociedade possuem um papel fundamental para que os jovens obtenham sucesso no cumprimento de suas medidas, pois, na escola, esses adolescentes sentem-se acolhidos, socializados e responsáveis pela construção de significados no processo de inclusão social.

Pode-se afirmar que é indispensável uma política consistente e permanente de formação continuada dos profissionais da educação das redes públicas. Esta deve ser assumida como política pública sistêmica, e não como uma ação isolada, como tem se caracterizado o processo de formação da rede.

A Figura 2, a seguir, apresenta um fluxograma para a formação continuada dos profissionais envolvidos no EMI socioeducativo.

A função pedagógica da socioeducação almeja atingir a totalidade dos aspectos implicados na elaboração, execução e avaliação do Projeto Político Pedagógico para o programa voltado aos adolescentes privados de liberdade, e as práticas daí decorrentes.

Figura 2 – Fluxograma para a formação continuada dos profissionais



Fonte: Elaborada pelos autores.

Faz-se pertinente investir na formação e atualização constante dos profissionais que atuam junto aos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas em meio fechado, assim como investir constantemente em infraestrutura.

No âmbito de uma Gestão Pública voltada para o Novo Serviço Público, há a necessidade de garantir espaços para a construção efetiva da proposta pedagógica, assim como proporcionar, aos envolvidos, carga horária suficiente para tal.

Para melhor visualização do que se faz necessário para a efetiva garantia de espaços de participação efetiva, ou seja, para que realmente aconteça o movimento de participação efetiva na elaboração do EMI Socioeducativo, foi elaborada a Figura 3.

Figura 3 – Garantia de espaços de participação efetiva



Fonte: Elaborada pelos autores.

O EMI Socioeducativo, assim como o EMI já desenvolvido, estará sujeito à formação de uma cultura democrática, tanto no interior dos CASEs quanto nas demais entidades envolvidas no processo.

Objetiva-se, com isso, desenvolver relações mais “orgânicas, horizontais e integradas” entre os profissionais envolvidos e a comunidade escolar, além de priorizar o compromisso transparente, democrático e participativo entre os sistemas de ensino em todas as instâncias.

Os adolescentes que cumprem medida socioeducativa possuem características muito peculiares. Se, no processo de desenvolvimento do EMI em outras instituições, foram necessários a ampliação e o incentivo da participação dos estudantes, na construção e desenvolvimento do EMI Socioeducativo na instituição em estudo, torna-se imprescindível fazer com que a participação desses adolescentes seja motivada e incentivada. Num primeiro momento, pode ser um enorme desafio, mas é de suma importância que essa participação seja promovida.

Uma forma de desenvolver a participação e incentivar o interesse no EMI Socioeducativo pode ser fazendo esses adolescentes se identificarem como sujeitos



capazes de interagir no processo de construção de forma efetiva, bem como demonstrar que o EMI Socioeducativo é um caminho árduo a ser perseguido, porém possível. Faz-se necessária a escuta desses adolescentes em medida socioeducativa assim como a oferta de espaços para que eles, e suas propostas, sejam ouvidos.

Dessa maneira, o EMI Socioeducativo fará da escola um lugar ainda mais privilegiado de socialização e de variadas relações entre os seres humanos, reconhecendo e valorizando os adolescentes como eles são – seres de desejos e sonhos –, e não como deveriam ser. Esse é o caminho para a construção de uma escola mais humanizada.

Nesse sentido, reitera-se a necessidade de elaboração de um EMI Socioeducativo que não negue aos adolescentes privados de liberdade o direito à formação geral, mas que os qualifique para o mundo do trabalho.

O EMI Socioeducativo ainda é um projeto em construção e deve ser questionado, pensado e aperfeiçoado. Deve, principalmente, fazer parte de rodas de conversa, ser amplamente debatido e construído a muitas mentes, para poder atingir seu objetivo maior, que é o de realmente transformar a vida e a realidade dos adolescentes.

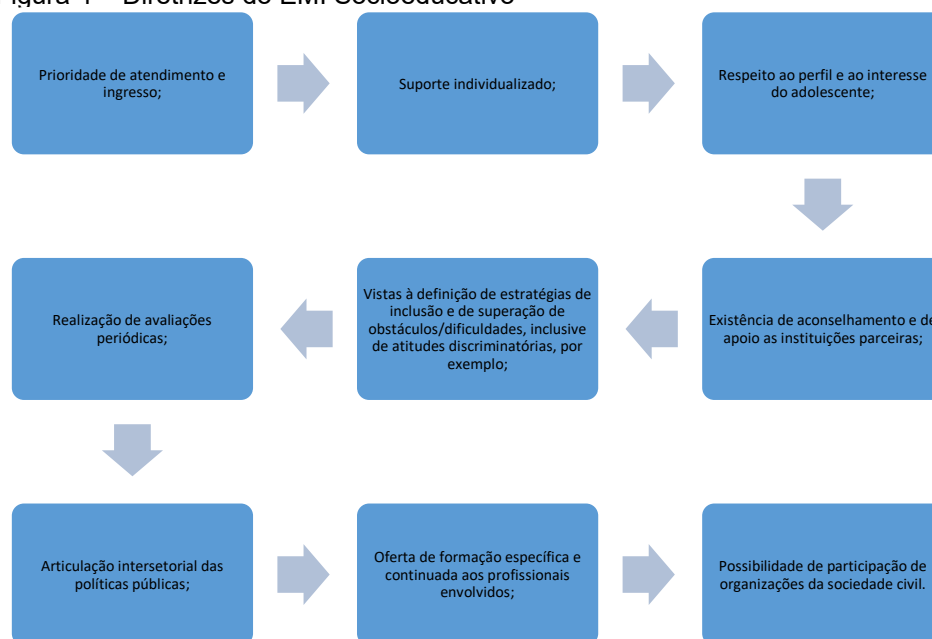
Para o EMI Socioeducativo ser transformador de vidas e da realidade dos adolescentes, os fundamentos têm de estar alicerçados em valores sociais que reiterem a importância da transformação da sociedade, tornando-a mais justa e democrática.

O EMI Socioeducativo será voltado aos adolescentes que cumprem medida socioeducativa, os quais, geralmente, são aqueles que não possuem condições de autossustentabilidade e encontram-se em condições de vulnerabilidade social.

Visualiza-se, assim, uma forma de transportar os adolescentes do meio de violência e desamparo no qual estavam inseridos, para um meio onde haja novas oportunidades de vida, efetivando a sua inclusão social. A proposta de construção do EMI Socioeducativo contribuiria para que, de forma efetiva, fosse promovida a proteção integral e a inclusão social dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas.

Algumas diretrizes foram traçadas para o EMI Socioeducativo, que podem ser visualizadas na Figura 4, a seguir.

Figura 4 – Diretrizes do EMI Socioeducativo



Fonte: Elaborada pelos autores.

Recomenda-se que essas diretrizes sejam seguidas para a construção do EMI Socioeducativo.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa a viabilidade da Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio como instrumento de efetividade da gestão pública voltada aos adolescentes que cumprem medida socioeducativa junto ao CASE-SM considera que os adolescentes e alunos que cumprem medida socioeducativa estão submetidos a outros apelos. A educação, assim como a docência socioeducativa junto à FASE/CASE, deve ser entendida e assumida como uma prática reflexiva e complexa.

Há a necessidade de desenvolvimento de uma gestão voltada ao Novo Serviço Público, com políticas públicas que visem contribuir para a proteção integral do adolescente privado de liberdade que cumpre medida socioeducativa junto aos centros de atendimento, com uma construção democrática e atendendo aos interesses desse público.

Destaca-se que este estudo proporcionou a abertura de reflexões sobre outras temáticas que poderão ser pesquisadas em outras investigações, tais como:

interdisciplinaridade, formação de professores, estratégias de ensino específicas ao EMI Socioeducativo, impacto na formação dos estudantes a partir de suas percepções, entre outros.

## REFERÊNCIAS

- ANJOS, N. B.. Uma análise inicial contrastiva da educação profissional no Brasil e em Portugal. *In*: SCHIELFELBEIN, L. R.; BIEGING, P.; BUSARELLO, R. I. (org.). **Educação 2.0: desafios e conquistas**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2021. p. 16-31. (Coleção Aspectos da Educação, 2).
- ARAÚJO, A. C.; SILVA, C. N. N. da (org.). **Ensino médio integrado no Brasil: fundamentos, práticas e desafios**. Brasília: Ed. do IFB, 2017.
- ARROYO, M.G. Educação e exclusão da cidadania. *In*: BUFFA, E. et al. **Educação e cidadania**. Quem educa o cidadão? 5. ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, n. 191-A, 5 out. 1988.
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estabelece sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 1990.
- CERQUEIRA, D. **Atlas da Violência 2021**. São Paulo: FBSP, 2017.
- CHAGAS, A. T. R. O questionário na pesquisa científica. **Administração On Line**, São Paulo, v. 1, n. 1, jan./fev./mar. 2000.
- ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO HUMBERTO DE CAMPOS. **Projeto Político Pedagógico**. Santa Maria, RS, 2018.
- FERNANDES, K. M. S. **Racionalidade substantiva no serviço público: o papel do Gestor Público Cidadão**. 2016. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
- FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. 4. ed. São Paulo: Moraes, 1980.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- LIMA, A. L. D. de et al. O conhecimento científico acerca do sistema socioeducativo brasileiro: lacunas e transbordamentos a se pensar na proteção integral do adolescente. **Rev. Bras. de Iniciação Científica (RBIC)**, Itapetininga, v. 6, n. 6, p. 209-223, 2019.

LIMA, L. L.; D'ASCENZI, L. **Políticas públicas, gestão urbana e desenvolvimento local**. Porto Alegre: Metamorfose, 2018.

LÜCK, H. **Gestão educacional**: uma questão paradigmática. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

MORETTO NETO, L.; SALM, V. M.; BURIGO, V. A coprodução dos serviços públicos: modelos e modos de gestão. **Revista de Ciências da administração**, v. 16, n. 39, p. 164-178, ago. 2014. Doi: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8077.2014v16n39p164>.

MOURA, D. H. **Proeja e a necessidade de formação de professores**. PROEJA: financiamento e formação de professores. EJA: Formação Técnica Integrada ao Ensino Médio. Salto para o Futuro. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2006.

PARASURAMAN, A.; BERRY, L. L.; ZEITHAML, V. A. Understanding Customer Expectations of Service. **Sloan Management Review**, v. 32, n. 3, p. 39-48, Spring 1991.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAMOS, M. **Concepção do Ensino Médio Integrado**. Texto apresentado em seminário promovido pela Secretaria de Educação do Estado do Pará nos dias 8 e 9 de maio de 2008. Disponível em [http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br.go/files/concepcao\\_do\\_ensino\\_medio\\_integrado5.pdf](http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br.go/files/concepcao_do_ensino_medio_integrado5.pdf). Acesso em: 15 dez. 2021.

SANTOS, E. D. B. dos. S. **“Assentados sobre os ombros de gigantes”**: juventude, ecossistema de empreendedorismo, e entrepreneuring em empresas criadas por jovens. 2019. 100 f. Tese (Doutorado em Administração de Empresas) – Fundação Getúlio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 2019.

SANTOS, S. V.; SILVA, J. M.; NORO, M. M. C. Educação profissional integrada à educação de jovens e adultos Proeja: inéditos viáveis da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. In: PAIVA, J. (comp.). **Aprendizados ao longo da vida**: sujeitos, políticas e processos educativos [online]. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2019. p. 67-77. Doi: <https://doi.org/10.7476/9786599036491.0004>.

YIN, R. K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Penso, 2016.

ZAPPE, J.; RAMOS, N. V. Perfil de adolescentes privados de liberdade em Santa Maria/RS. **Psicologia & Sociedade**, v. 22, n. 2, p. 365-373, 2010.